

auditores fiscais

As operações de vigilância e repressão aos crimes de contrabando e tráfico de drogas e armas da Receita Federal estão prejudicadas na Amazônia. O problema é resultado da falta de chefe da Divisão de Repressão ao Contrabando e ao Descaminho (Direp) da 2ª Região Fiscal, responsável por autorizar as operações. O titular do cargo pediu exoneração durante o

dos Analistas Tributários (Sindireceita), Tales Queiroz, as equipes de fiscais não estão realizando o trabalho. Diferentemente dos auditores, os analistas tributários não estão em greve.

A equipe de analistas-tributários, responsável pela efetiva realização das operações de fiscalização, está a postos para trabalhar. No entanto, enfrenta impedimento legal porque somente o chefe da Direp pode assinar a Ordem de Vigilância e Repressão (OVR), que autoriza essas operações.

Diário Oficial da União, como determina a lei.

"A demora na designação de um novo chefe da divisão ocasiona graves prejuízos à sociedade brasileira, pois fragiliza ainda mais as fronteiras do Norte do país, alerta Tales Queiroz. Ele lembra que o próprio Superintendente da RF poderia avocar a responsabilidade de assinatura das OVR's para si, como fizeram os superintendentes de outras regionais da Receita. "Os postos de comando estão funcionando com presença maciça dos ana-

recebem ordem para fiscalizar

listas, mas se houver denúncia para a Receita, não tem como ir", informou.

Ouvido por O LIBERAL, o superintendente da 2ª Região Fiscal da Receita Federal, Morycy Mondardo Júnior, negou que as operações de fiscalização estejam paralisadas. Ele admitiu que o problema da greve prejudicou bastante o trabalho, mas pondera que tem assinado as ordens de

meçou o movimento grevista. Mondardo Júnior destacou que a 2ª Região Fiscal é realmente grande, com inúmeros postos de fiscalização nas fronteiras e que, somente em Belém, há cerca de 14 funcionários atuando. "Não podemos parar de trabalhar. Precisamos lutar, principalmente neste momento de crise. Eu espero que essa situação da greve seja resolvida o quanto antes a fim de que possamos retomar o trabalho em sua totalidade", explicou.

Entre as reivindicações es-

neratória; a modernização e o resgate das atribuições do cargo, reforçando as iniciativas que o Sindireceita vem adotando para acompanhar o Mapeamento de Processos de Trabalho, em fase de execução pela administração da Receita; a conquista de patamares de remuneração; avanços nos valores de benefícios; instituição do porte de arma para a carreira de auditoria; regulamentação imediata da indenização de fronteira, entre outros pontos discutidos com o Ministério do Planejamento.

Auditores fiscais do Trabalho em greve fazem atendimento na calçada

Auditores fiscais do Trabalho no Pará, em greve desde o dia 24 de agosto, promoveram, ontem de manhã, um protesto com atendimentos ao público em plena calçada da agência do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), na avenida Presidente Vargas, esquina com rua Santo Antônio, no centro de Belém. O protesto foi decidido em assembleia geral na terça-feira, 1. Os auditores acompanham o movimento nacional da categoria, em defesa da valorização da carreira de Estado, realização de concurso público para aumento no número de auditores fiscais que está defasado para atender a população em todo o Brasil, melhorias na infraestrutura dos postos de trabalho e reajuste salarial de 27,03%.

A auditora fiscal do trabalho e delegada regional do Sindica-

to Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho (Sinait Pará), Rosângela Rassi, havia garantido que a intenção era trabalhar na calçada, atendendo sobretudo as demandas do trabalhador e empregador doméstico, "para mostrar o quanto nosso trabalho é valioso, mas está sendo desrespeitado".

Rassi disse que, neste ano, não aconteceu nenhuma fiscalização contra a prática de trabalho escravo no Pará, campeão desse tipo de ocorrência, em razão da falta de carros e do pagamento de diárias para hospedagem e alimentação dos profissionais. Ela disse, ainda, que em todo o Brasil, há apenas nove unidades fiscais móveis para a fiscalização itinerante, porém, dessas, apenas quatro funcionam. Acrescentou também que o órgão está com "o pior número de

auditores fiscais dos últimos 20 anos". Atualmente, o órgão tem apenas 2.600 auditores fiscais em todo o Brasil. No Pará, estão na ativa 55 auditores fiscais do trabalho, que participaram do protesto de ontem de manhã, quando, não apenas atenderam ao público, como levaram faixas e cartazes para esclarecer a população acerca da situação, inclusive fazendo uso da faixa de travessia da Presidente Vargas com a rua Santo Antônio, toda vez que o sinal fechava para o trânsito de veículos.

"Em 2012, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão do governo federal, informou que seriam necessários oito mil auditores fiscais até 2015 para a cobertura do território nacional. O ano está terminando e somos apenas 2.600", frisou Rassi.



Protesto dos auditores fiscais do trabalho: público foi atendido na Presidente Vargas

Lotéricas em Belém ficam de "luto" em protesto